



GUSTAVO DIEHL/SECONA

Maconha e o mercado cinza

Gabriel Rossi *Consultor do Ministério da Saúde do Uruguai questiona o consumo recreativo*

Samantha Klein

Há um ano os uruguaios podem comprar maconha em farmácias. A possibilidade se dá graças a uma rígida lei, aprovada em 2013, em que somente cidadãos do Uruguai tem a possibilidade de adquirir cinco gramas nos estabelecimentos ou obter autorização para cultivar a erva em suas casas. Trata-se do chamado consumo recreativo da *Cannabis sativa*. Outras possibilidades para o aproveitamento da erva e a regulamentação de uso são o setor terapêutico e o industrial. As três vias de acesso à substância são excludentes entre si e requerem o registro perante o Instituto de Regulamento e Controle do Cannabis (Ircca), encarregado de fiscalizar a implementação da lei. O modelo de uma legislação para o consumo e produção estatal é, possivelmente, único no mundo. Porém, o debate sobre o tema nunca se encerra e não há unanimidade em torno da questão.

O médico psiquiatra infantil e consultor do Ministério da Saúde do Uruguai, Gabriel Rossi, que esteve recentemente em evento sobre saúde mental promovido pelo Hospital de Clínicas, em Porto Alegre, trata do tema com cautela. Ele diz que a legislação traz parâmetros inovadores, mas considera que existe um mercado cinza do consumo da droga – distinto do mercado negro do tráfico

de entorpecentes, mas também à revelia do controle estatal.

Como médico, quais são suas ressalvas à liberação da maconha para uso recreativo?

A preocupação é com o mercado cinza da maconha, em que não estamos lidando com o tráfico de drogas e a violência decorrente dele, mas das possíveis brechas da legislação. Há situações relativas ao consumo regulamentado, mas o consumidor ou comprador não está registrado junto ao Ircca. É o caso, por exemplo, de um menor que fuma na casa de um adulto que tenha permissão para o plantio para consumo próprio. Aqui falo a título pessoal, como médico, não como representante do Ministério da Saúde. Cito como preocupação os adolescentes porque eles buscam a maconha boa com alta concentração do tetrahidrocanabidiol (THC), o principal componente psicoativo da *Cannabis sativa*. A ingestão de altas doses pode se tornar perigosa. Atualmente, o debate está muito centrado no combate ao narcotráfico, na retirada da maconha do mercado negro, mas acho que temos um problema com o mercado da maconha concernente à saúde mesmo. Não temos números ainda sobre isso.

Quais são os riscos para a saúde mental?

Alguns dos riscos possíveis, nos

casos extremos, evidentemente, são as psicoses canábicas. Mas também são observados casos de ansiedade e baixo rendimento acadêmico por conta do uso prolongado da erva. Falo com base em observações no consultório e em relatos de colegas, não em estudos científicos e dados. Ressalto essas relações devido à minha atividade, mas destaco que a minha observação não é representativa do universo de usuários adolescentes de maconha. Existem muitos relatos de que a quantidade liberada pelo Estado é pequena e, portanto, não resultaria em problemas ao usuário. Porém, a qualidade da maconha sem aditivos, a qual se tem permissão para produzir e comprar em farmácias, mostrou que o limite permitido é suficiente mesmo para consumidores contumazes. Então, será que os adolescentes têm a mesma noção a respeito do consumo que têm os adultos?

Em sua opinião, há baixa percepção de risco?

Sim, existe uma percepção baixíssima quanto ao uso de uma droga que é um psicoativo. As pessoas associam a liberação com liberdade, com o relaxamento que a maconha proporciona. Além disso, é uma erva natural, sem aditivos. Acrescenta-se a isso o fato de o debate todo se misturar com a questão do uso medicinal. Faço, porém, o meu alerta: maconha

não é remédio. Os canabinoides em determinada proporção têm propriedades medicinais, mas a maconha como tal não é medicinal. Como qualquer outro medicamento, são necessárias determinadas condições para que seus compostos sejam sempre iguais. No final do ano passado, o Uruguai aprovou o primeiro remédio a base de canabidiol para epilepsia reflexiva, o que sem dúvida é um avanço muito relevante e importantíssimo para evitar ataques de tremores repetitivos. Os estudos científicos avançam, mas vale destacar que nada demonstra que haja uma enorme gama de doenças que podem ter efeitos minimizados por conta dessa substância.

Na sua análise, há falhas na legislação uruguaia?

Existem brechas na implementação da política porque se trata de uma lei sem antecedentes. Dessa forma, precisamos aprimorar os mecanismos de controle nos clubes canábicos, por exemplo. Como somos um país de três milhões de habitantes, temos como ter uma lei desse tipo, o que talvez não fosse se encaixar para o Brasil. A tradição uruguaia também contribui porque o país tem uma forte presença do Estado, tais como a estatização de serviços de abastecimento de água, de energia elétrica e a maior parte da telefonia do Uruguai. Trens, educação e

saúde, que funcionam muito bem, também são estatais, portanto, temos uma forte tradição nesse aspecto. Assim, considero que as leis devem ser adaptadas a cada realidade, da mesma forma que precisam ser reavaliadas periodicamente. Estamos no momento de começar a avaliar a nossa lei relativa à maconha.

Como avançam as discussões sobre outras drogas no país?

Creio que a grande questão do momento é o consumo de álcool e sua regulamentação. Muitos políticos já trouxeram o tema à tona, a sociedade fala há quinze anos sobre o assunto e nada foi feito. O lobby do álcool é muito forte. Do ponto de vista da saúde pública, os problemas com a bebida alcoólica são imensamente maiores do que com a maconha. O Ministério da Saúde estima que 380 mil pessoas tenham problemas com o álcool. Quando os indivíduos chegam à rede pública para serem atendidos, é por conta dos problemas decorrentes dos efeitos do consumo do álcool ao longo do tempo, não é para tratar o vício e impedir doenças, por exemplo. Estamos falando de atendimentos a problemas decorrentes de cirroses ou cânceres, acidentes graves no trânsito ou violência contra a mulher. Portanto, precisamos falar seriamente sobre o incentivo que a sociedade dá ao consumo do álcool.